



NOVAS INTERPRETAÇÕES A PARTIR DA PAISAGEM: A FUNÇÃO SOCIAL NO ENTENDIMENTO DE NOVOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS

SCHWERZ, João Paulo

Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
j.p.schwarz@ufsc.br

RESUMO

O presente texto é originado em pesquisa de doutoramento já concluída, e trata das relações entre planejamento urbano e patrimônio cultural problematizadas a partir do entendimento contemporâneo de paisagem. O recorte delineado para este artigo busca aportar subsídios ao debate emergente da participação cidadã nos processos de planejamento e gestão das cidades, focando especialmente no potencial que o conceito central – paisagem – oferece nesta perspectiva para as áreas da Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional. Para tanto, são apresentados embasamentos teóricos e conceituais que estruturam os procedimentos utilizados na pesquisa originária, assumindo a paisagem como uma construção social, e por isso mesmo justificando sua utilização como método de análise do espaço. Mais especificamente, busca-se evidenciar o potencial conceitual e operativo que as percepções e as representações sociais apresentam para o entendimento territorial, provocando novas interpretações e ampliando o alcance de valores contidos na paisagem que inferem, historicamente, qualidades positivas para seus habitantes e que, por isso mesmo, devem ser considerados em processos de desenho, de planejamento e de gestão do território.

Palavras-chave: Paisagem e planejamento; função social da paisagem; paisagem e patrimônio.

Resumo traduzido

El presente artículo se origina en investigación de doctorado finalizada, y trata de las relaciones entre planificación urbana y patrimonio cultural problematizadas a partir del entendimiento contemporáneo del paisaje. El recorte definido para este artículo busca aportar subsidios a el debate emergente de la participación ciudadana en los procesos de planificación y gestión de las ciudades, especialmente en el potencial que el concepto central – paisaje – ofrece en esa perspectiva en las áreas de arquitectura y urbanismo, y de la planificación urbana y regional. Para eso, son presentadas bases teóricas e conceptuales que estructuran los procedimientos utilizados en la investigación de origen, asumiendo el paisaje como una construcción social, y por eso justificando su utilización como método de análisis del espacio. Más específicamente, se busca evidenciar los valores contenidos en el paisaje que inducen, históricamente, cualidades positivas para sus habitantes y que, por eso mismo, deben ser considerados en procesos de dibujo, planificación y gestión del territorio.

Palabras clave: Paisaje y planificación; función social del paisaje; paisaje y patrimonio.

INTRODUÇÃO

A atual demanda e produção de estudos sobre patrimônio e suas relações com a sociedade têm instigado novas perspectivas sobre sua constituição e influência na conformação de identidades. Neste contexto, o tema ganha importância devido às profundas transformações culturais e espaciais experimentadas na conjuntura mundial, e a necessidade de alcançar escalas mais amplas de discussão e análise indicam a paisagem como um conceito central a ser explorado. Ainda que já se tenha configurado um corpo teórico e até mesmo prático a respeito, seus aprofundamentos vêm evidenciando interessantes interpretações e conexões em diferentes áreas do conhecimento, onde se destacam abordagens que consideram a paisagem em sua dimensão cultural.

O texto a seguir apresentado busca demonstrar que a paisagem enquanto categoria de análise do espaço é um caminho possível e potente para associar aspectos que não são comumente considerados em processos de projeto, de desenho urbano e de planejamento territorial. Assumindo como pressuposto que a paisagem é uma construção social, ela participa cotidianamente das vidas de seus habitantes, sendo continuamente transformada e ressignificada, e ao mesmo tempo condicionando tais processos em nível individual e coletivo, a partir de percepções e representações.

Ao mesmo tempo em que esta condição associa paisagem e patrimônio, compartilhando práticas cotidianas e suas representações, por outro exige absorver, no estudo de suas relações, uma dimensão temporal que permite questionar paradigmas de excepcionalidade que evidenciam desdobramentos práticos nas áreas de arquitetura, urbanismo e planejamento territorial.

A RELEVÂNCIA DE UMA TEORIA DA PAISAGEM E A PRÁTICA CONTEMPORÂNEA

As relações entre o homem e o meio em que habita são inatas; ainda assim, são contextualizadas temporal e geograficamente, além do que também são conformadas culturalmente. Em meio a estas relações, surge o que se convencionou denominar “paisagem”. À paisagem foram associadas diferentes alegorias que transcendem o simples e conhecido meio físico onde se vive: foi tomada como território selvagem e

hostil, até se tornar modelo para as manifestações humanas, assumindo status contemplativo e por vezes aludindo a um ambiente ideal que pode nunca ter existido; assim demonstram os estudos de Simmel (1913/2013) ou mais recentemente de Alain Roger sobre o tema (2009, p.91-120), apontando o momento histórico quando recai um verdadeiro interesse sobre determinadas geografias e se dá a “invenção” da paisagem alpina, marítima ou mesmo desértica, que se difundirá através de quadros, mas também escritos literários e filosóficos para a Europa e mundo ocidental.

Por outro lado, a paisagem se faz na relação do homem com o meio em que vive de maneira inseparável, e é possível que esta inseparabilidade seja mesmo a própria paisagem. Uma relação que, antes de adquirir um significado principalmente estético, possuía um significado territorial associado objetivamente com o espaço em que se vive:

Nesta perspectiva [...], a ‘paisagem’, a princípio, não é definida como a extensão de território que se descobre com um olhar desde um ponto de vista elevado, segundo a fórmula que se fez clássica desde o século XVII na história da pintura. É entendida como espaço objetivo de existência antes que como vista abarcada por um sujeito. (BESSE, 2010, p.53).

De qualquer modo, a paisagem se manifesta como visão e representação de mundo associada a diversos elementos que envolvem da estética à política. Implica, assim, sempre um modo de percepção da realidade que é ao mesmo tempo individual e coletivamente construído, fruto de uma resposta temporal e contextualizada para um fenômeno inexoravelmente dinâmico.

Também se assinala que paisagem atualmente é objeto de estudo de diversos campos do conhecimento e, sendo assim, se presta a muitas e diferentes interpretações de acordo com os objetivos de cada um deles. Se em suas origens a paisagem estava ligada às artes, à identificação com determinada porção de terra (ou território), à arquitetura e até mesmo ao que virá a delinear o que conhecemos como “turismo”, hoje alcança muitos desdobramentos em diferentes disciplinas que também a tem como objeto. Nogueira (2008) sintetiza assim os encaminhamentos sobre o papel atual da paisagem e os principais direcionamentos para seu estudo:

De efeito, a paisagem tem um papel relevante na cultura contemporânea, muito mais que habitualmente se reconhece. [...] com leves matizes e pequenas diferenças, estes [autores] concebem a paisagem como a projeção cultural de uma sociedade em um espaço determinado e reconhecem nele duas dimensões intrinsecamente

relacionadas: uma dimensão física, material e objetiva e outra perceptiva, cultural e subjetiva. (NOGUÉ, 2008, p.10).

Por outro lado, muitos autores refletem sobre o interesse atual sobre a paisagem nos mais diversos âmbitos. Não deixa de ser uma situação paradoxal, conforme denuncia Mata Olmo (2006, p.18), que por um lado seja notável uma demanda social crescente por paisagens de qualidade, enquanto, por outro, sejamos cúmplices da deterioração sem precedentes de conjuntos paisagísticos valiosos. Se até pouco tempo a visão e as iniciativas mais destacadas sobre o tema se davam associados à proteção da natureza, agora começam a aparecer de forma ampliada, num contexto de crescente participação cidadã em ações políticas pela paisagem, sendo englobadas cada vez mais no desenvolvimento de métodos aplicados à diferentes escalas.

A questão paisagística emerge com força coincidindo com um debate aberto sobre o governo do território, sobre seus aspectos técnicos e administrativos e mais sobre sua capacidade de formular projetos sustentáveis democraticamente assumidos. (MATA OLMO, 2006, p.18 e seq.).

A justificativa para tal fato, conforme o autor, é que o potencial maior da paisagem para o planejamento territorial não só contribui para a melhora de valores especificamente paisagísticos, “mas para implicar a população, através da relação vivida e sensível com o território que a experiência paisagística supõe, na tarefa de elaborar modelos territoriais democráticos” (MATA OLMO, 2006, p. 22).

Tarroja (2006, p.43 e seq), da mesma forma, destaca a mobilização social cada vez mais reiterada sobre as transformações da paisagem como um dos mais significativos motivos do renovado alcance do conceito. O autor também aposta em uma “nova cultura da gestão inteligente do território” para superar equívocos na “tradição estritamente física ou urbanística do território”. Para isso, é necessário:

[...] intervir sobre as duas complexas vertentes de onde surge o próprio conceito de paisagem: por uma parte, os processos sociais e econômicos que geram sua transformação (a lógica produtiva que origina as paisagens); e, por outra, a formação das valorações sociais e culturais da paisagem (mutantes no espaço e no tempo) como elemento de qualidade de vida e identidade. (TARROJA, 2006, p. 48 e seq., grifo original do autor).

Tarroja explana que a paisagem vincula o modelo de uso e ocupação física do território com o modelo de desenvolvimento social e econômico predominante no território. Partindo deste pressuposto, o planejamento do território deveria assumir que a paisagem “está viva e em contínua transformação, e que [...] todas as paisagens

são culturais, ou seja, construídas pela sociedade, tanto no que se refere a suas formas como às suas valorações e percepções” (TARROJA, 2006, p. 47). Este ponto é crucial para o desenvolvimento da linha de raciocínio da pesquisa de onde se desdobra este artigo, pois “paisagens hoje pouco valoradas e valorizadas podem ser um patrimônio cultural e um recurso econômico no futuro” (TARROJA, 2006, p. 47 e seq.). O conceito de paisagem é, assim, essencial para desenvolver uma “nova cultura territorial da sociedade”.

Em efeito, à diferença da linguagem técnica da ordenação do território e do urbanismo, a paisagem não só resulta um conceito aparentemente acessível e compreensível para muitos estratos de cidadãos, como que também tem um forte componente identitário coletivo e de sensibilização com as transformações do território, definitivamente de vinculação dos cidadãos com o território (seja aquele em que reside ou que visita ocasionalmente). (TARROJA, 2006, p. 50).

Segundo ele, a proximidade da paisagem com as pessoas é oportuna para facilitar o interesse, implicação e grau de exigência dos cidadãos em relação às transformações do território, e ainda:

[...] criar diálogo, debate e fomentar a participação cidadã, promovendo uma democracia mais participativa e deliberativa; e fomentar a cultura territorial da sociedade através da educação (da paisagem e nela) e dos meios de comunicação (divulgação e sensibilização). (TARROJA, 2006, p. 50, grifos originais do autor).

A FUNÇÃO SOCIAL NO ENTENDIMENTO DA PAISAGEM

Este contexto dual próprio do conceito e os desdobramentos que o tema alcança atualmente, induz considerar a primazia dada à visão, sobretudo na cultura ocidental, como uma forma entender a paisagem que ainda é hegemônica, e que, por sua vez, a caracteriza como uma “construção social” (NOGUÉ, 2007, p.17-18). O argumento comum de visibilidade se estabelece, contraditoriamente, a partir da invisibilidade, ou melhor, da negação de paisagens que não se encaixam naquelas arquetípicas, e que não são compreendidas, ou sequer consideradas, tanto em teoria quanto em prática.

Considerando que as formas de olhar a paisagem são “múltiplas, simultâneas e diferentes”, ou mesmo conflitantes, as paisagens são, deste modo, construídas socialmente a partir de relações de poder (em sentido amplo – gênero, classe, etnia, etc.). O processo, a forma de “olhar” a paisagem é “extremamente complexa e nela

interatuam muitas identidades sociais diversas, e não só isso, mas também influem fatores tais como a estética dominante em um momento e lugar determinados” (NOGUÉ, 2007, p. 12). A paisagem, assim, vai além e configura um modo de ver – e interpretar – e justamente por isso admite que os olhares não costumam ser gratuitos, são construídos e respondem a uma determinada forma de apropriação do espaço:

Os olhares sobre a paisagem – e a própria paisagem – refletem uma determinada forma de organizar e experimentar o território. Assim, a paisagem contribui a naturalizar e normalizar as relações sociais e a ordem territorial estabelecida. (NOGUÉ, 2007, p. 12).

Sendo a paisagem um conceito definido a partir de suas conotações culturais, pode ser interpretado como um código dinâmico de símbolos; estes símbolos podem nos dizer coisas sobre o passado, sobre o presente e até mesmo sobre o futuro, pois sua legibilidade semiótica estará sempre vinculada à cultura que os produziu e produz. Esta cultura, por sua vez, entendida como um sistema de significações conduzidas por mediadores e representações, possibilita à paisagem um papel fundamental na medida em que a objetiva e a naturaliza: “a paisagem não somente reflete a cultura, como é parte de sua constituição. E por isso mesmo – e sobretudo – um produto social”. (NOGUÉ, 2007, p.21).

O Convênio Europeu da Paisagem, convenção que orienta há praticamente duas décadas as políticas de paisagem na Europa e que serve de modelo para muitas iniciativas semelhantes ao redor do mundo, destaca a dimensão social intrínseca ao conceito que, por isso, é compreendido como um componente fundamental de bem-estar. Pomar (2010, p.79) destaca “O reconhecimento da paisagem como elemento importante de qualidade de vida leva implícita a ideia de sua participação nos processos de ordenação do território e a necessidade de seu estudo e valoração”.

Neste contexto, a valoração da paisagem pode ser abordada a partir de duas perspectivas distintas (mesmo que funcionem de maneira complementar), a saber, científica e social. Aqui cabe registrar que o termo “social” não denota uma oposição à perspectiva “científica”, visto que também se apoia em parâmetros desenvolvidos e testados cientificamente, apenas diferencia a competência técnica dos especialistas com o entendimento comum em relação à paisagem, compartilhada entre “percepção” e “representação social” no contexto apresentado à sequência. A primeira será tarefa de especialistas no tema, seja em sua abordagem global ou a partir de disciplinas parciais, geralmente mediante sistemas indiretos, por meio de diferentes fatores e/ ou

indicadores; a segunda é realizada pela população comum envolvida, normalmente por meio de questionários e entrevistas, vinculada a sistemas valorativos diretos, onde a “percepção” e as “representações sociais” se apresentam como principais parâmetros (LUGINBÜHL, 2008; 2009). A diferença essencial entre a valoração social e científica reside na percepção estética subjetiva, no caso social, e pretensamente objetivável, no caso da científica. Para isso o autor argumenta que o objetivo não deve ser determinar que paisagem agrada mais ou menos, sendo que tal valoração não leva em conta as preferências estéticas dos técnicos que integram as equipes de trabalho, e sim determinar que paisagem, “em função de alguns critérios predeterminados, sistematizados e objetivos, obtém mais ou menos valoração” (POMAR, 2010, p.82).

O mesmo autor estabelece as diferenças entre as valorações científica e social, sustentando que é necessário um “adestramento” para olhar a paisagem do ponto de vista técnico, e marca que muitos somente conseguem (ou se restringem a) expressar sua relação com a paisagem a partir de um vago “gosto” ou “não gosto”. Pomar utiliza os termos “paisagem objeto” e “paisagem imagem” para demonstrar os diferentes pontos de vista envolvidos no duplo processo de valoração. Argumenta ainda que a “paisagem objeto” não é facilmente entendida pela população em geral, e que o artifício de comparação de paisagens pode apresentar valorações contrárias num estudo científico. Tendo em conta tudo isto, este autor também sugere a complementaridade entre as duas posições:

Não há por que contrapor ambas as valorações, mas por de manifesto suas diferenças, objetivos e aplicações. O ideal é, na medida do possível, integrá-las, já que ambas representam duas das vertentes fundamentais dos estudos paisagísticos. Neste sentido, convém recordar que a paisagem é o que é (paisagem objeto), e o conjunto de caracteres que a constituem não varia em função de quem os olhe, mas cada pessoa a percebe de uma maneira particular (paisagem imagem), distinta, subjetiva, condicionada culturalmente, de maneira que uma mesma paisagem recebe uma pluralidade de olhares. (POMAR, 2010, p.82).

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PAISAGEM

Pesquisas baseadas na percepção vêm sendo utilizadas com ênfase no mundo anglo-saxão, especialmente nos Estados Unidos e Canadá, mas também tem reflexos significativos na Europa por causa do Convênio Europeu da Paisagem, que define que

a “Paisagem designa uma parte do território tal como a percebem as populações [...]” (C.E.P., 2008/ 2000). Nos estudos de paisagem, estas categorias são utilizadas desde o início da década de 1980, com iniciativas na França e na Espanha. A despeito do tempo em curso neste tipo de estudos, os avanços metodológicos permaneceram restritos por longo período até que formasse parte de uma linguagem comum entre investigadores desta área.

Neste sentido, Luginbühl (2008) critica formas tradicionais de consulta que supõem captar a complexidade deste processo a partir de preferências estéticas. O mesmo autor demonstra como “representações”, “percepções” e “práticas sociais” são categorias científicas fundamentais que formam parte das ciências sociais e vêm sendo largamente utilizadas em disciplinas diversas.

A percepção se refere ao processo pelo qual um indivíduo <<percebe>> a paisagem, ou seja, capta a paisagem; processo que se considera aqui sobretudo como um processo neurossensorial e psicológico e ligado ao funcionamento do cérebro enfrentando a visão de uma paisagem. A percepção, neste caso, se centra no indivíduo e está muito pouco ligada aos efeitos das relações sociais no processo de interpretação de uma paisagem por um indivíduo. (LUGINBÜHL, 2008, p. 146, grifo original do autor).

Enquanto:

A categoria <<representações sociais>> é muito diferente. Se refere mais ao grupo social que ao indivíduo, sem por isso desatendê-lo; mas segue sendo um indivíduo que pertence a um grupo social. Quando nos referimos às representações sociais da paisagem, devemos pensar no que representa a paisagem para um grupo social. As representações sociais remetem a uma construção simbólica coletiva do objeto paisagem. Agora bem, esta construção está profundamente marcada pelas relações sociais, seja entre indivíduos, seja entre grupos sociais. (LUGINBÜHL, 2008, p. 146, grifo original do autor).

Atores sociais, mais que atores políticos ou institucionais e mesmo técnicos, motivam e justificam suas posições sobre a paisagem apelando a percepções ou representações. Neste contexto Luginbühl (2008, p.143) considera impossível entender o que acontece entre atores opostos “sem analisar as formas com que estes atores se representam ou percebem a paisagem”. O mesmo autor também sustenta a importância da utilização destas categorias nas práticas territoriais, ilustrando como se formam e como participam na conformação das paisagens.

Em se tratando de representações, fica entendido que os indivíduos representam a paisagem não somente com analogias à sua própria experiência – outras paisagens e territórios vividos e visitados – mas também interferem as relações que mantêm com

outros grupos e/ ou com relação às pessoas que convivem cotidianamente. Assim, a maneira como os indivíduos representam a paisagem está entrelaçada ao que pensam os demais, ou seja, “a construção simbólica da paisagem passa por essa confrontação com as construções simbólicas de outros atores” (LUGINBÜHL, 2008, p.147).

Luginbühl sustenta que as representações sociais da paisagem se organizam em três diferentes níveis de “apropriação ou de construção da cultura”. O primeiro nível de cultura se organiza em torno a “modelos paisageiros”, ou seja, referências simbólicas elaboradas durante a história das relações sociais com a natureza e permite enquadrar a paisagem em uma categoria estética.

Assim, a cultura paisageira do indivíduo se alimenta, por um lado, do que <<aprende>> ou <<retém>> do conhecimento acadêmico, através dos meios de comunicação que servem de veículo ou constroem imagens ou representações de paisagem: a pintura, a literatura, o cinema, a publicidade, a televisão, a fotografia, etc., incluída a ciência. (LUGINBÜHL, 2008, p. 148, grifo original do autor).

O segundo nível de “cultura” é construído a partir da vivência com o lugar onde se permanece, e se constrói pela relação do indivíduo com a natureza pela experiência (observação, tato, olfato, paladar, audição), e também pela memória social. “É a cultura do lugar de vida.” Ainda que não seja dependente de modelos, está igualmente ligada às relações sociais locais na medida em que é através delas que a sociedade constrói coletivamente essa cultura, por meio de interações e/ ou conflitos internos. O terceiro nível das representações é individual. É formado por meio da experiência paisageira pessoal, onde contam “[...] as paisagens que tenha conhecido, as que tenha memorizado e que pode ligar com acontecimentos da sua vida que tenham contribuído para qualificá-los, a dar-lhes valor”. Segundo o autor, a existência desta escala permite compreender as contradições próprias às representações sociais em um mesmo indivíduo, pois, funcionam concomitantemente e às vezes podem gerar contradições, já que o indivíduo “extrai de cada nível de cultura os elementos que se relacionam com a paisagem considerada” (LUGINBÜHL, 2008, p.149).

Especialmente neste sentido há que se entender a importância da construção histórica dos “modelos paisageiros”. Estes modelos estão associados ao panorama econômico e social no qual foram criados e irão se impor como modelos estéticos a partir de sua associação estética, ainda que sua origem seja primariamente territorial, política e jurídica.

O bucólico e o pastoril constituíram os dois primeiros modelos paisageiros da Europa posto que a economia se fundava essencialmente na agricultura. Mais tarde, no século XVIII, com motivo do desenvolvimento industrial, se inventarão outros modelos paisageiros, o sublime e o pitoresco [...]. Sem embargo, os modelos anteriores não desaparecem. (LUGINBÜHL, 2008, p.159).

Aplicando e analisando uma grande quantidade de entrevistas desde a década de 1980, o autor observa que hoje “a paisagem se massificou” dado que praticamente todos os indivíduos viajam e registram paisagens, além de compartilhar todo este material com pessoas próximas, no qual adicionamos a facilidade de acessar essa quantidade de material produzido mesmo sem relações pessoais. Mesmo assim, explica, a paisagem ainda assume o sentido com o qual aparece no século XV, ou seja, é sempre bela, ao menos inicialmente. No decorrer do processo de entrevista, em que as perguntas acabam impelindo um raciocínio mais aprofundado, os modelos acabam questionados:

Mas à medida que se desenvolve a reflexão e se trazem referências a paisagens reais, esta dimensão utópica se enfrenta ao real e as paisagens perdem às vezes sua beleza; se convertem em paisagens da vida cotidiana ou das viagens, vistas aqui e acolá e fazendo-se questionáveis. (LUGINBÜHL, 2008, p. 161-162).

Neste contexto, nota-se uma recorrência muito significativa em relação às respostas, repetindo padrões que ajudam a entender esta paisagem e embasar políticas oportunas. Luginbühl, citando suas próprias pesquisas, argumenta que a paisagem aparece associada à “beleza ou fealdade” e à “liberdade ou coação”, onde cada um destes elementos têm seus próprios significados através de “percepções” individuais, mas que comprovam a correlação de uma construção compartilhada na medida em que “representam” coletivamente uma atitude frente à paisagem. Fica evidenciada a complexidade e a importância destas categorias para o estudo da paisagem ao remeterem às três dimensões – estética, social e ecológica – a partir do entrelaçamento simultâneo dos três “níveis de cultura” (LUGINBÜHL, 2008, p.163).

Ilustrando o reconhecimento de paisagens que estão à margem dos cânones, Luginbühl (2008, p.166 et seq.) remete ao caso das comunidades vitícolas de La Côte na Borgonha, França. Segundo ele, este é um testemunho da capacidade de sociedades locais de revestir simbólica e esteticamente um lugar transformando-o em paisagem sem recorrer à elaboração de modelos historicamente desenvolvidos:

[...] são testemunhos de idênticos processos de elaboração estética popular em lugares a priori não reconhecidos como paisagens

segundo a estética canônica: campos, matagais, terrenos, por exemplo, ou simplesmente, lugares da vida cotidiana. Esta escala local das representações sociais da paisagem aporta uma nova luz ao complexo âmbito da paisagem e permite justificar a extensão da ação da paisagem a todas as paisagens, sejam quais sejam [...]. (LUGINBÜHL, 2008, p. 176).

Segundo Luginbühl, a diferenciação de níveis das representações sociais da paisagem “rompe com a oposição natureza/ cultura, que tem sido um dos fundamentos das investigações sobre as relações com a natureza”. Existem culturas que foram forjadas segundo um processo cognitivo empírico de aprendizagem a partir de sua relação (produtiva e/ou contemplativa) com a natureza, “e, precisamente, uma das falhas do ordenamento das paisagens reside em esquecer-las ou, talvez, inclusive em ignorá-las” (LUGINBÜHL, 2008, p.177).

A utilização destas categorias, assim, se mostra fundamental na medida em que integra o campo da ação política das paisagens cotidianas, no que convergem diretamente com as hipóteses apresentadas para a pesquisa que origina o artigo aqui apresentado:

As paisagens do cotidiano são, efetivamente, aquelas para as quais é mais necessária a ação política, porque foram desatendidas, sendo, sem embargo, as que pratica a grande maioria da população do mundo. (LUGINBÜHL, 2008, p. 177).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS PAISAGENS ORDINÁRIAS

Muitos autores também da área da geografia e da arquitetura, se dedicam ao tema do espaço cotidiano. Donald W. Meinig (1979) explica a importância e a necessidade de focar este tipo de paisagem na introdução de um livro “*The Interpretation of Ordinary Landscapes*”, de 1979, que funda academicamente a preocupação pelo tema tornando-se seminal para seu aproveitamento e desenvolvimento em distintas áreas, especialmente na arquitetura e urbanismo:

Especificamos paisagens comuns para indicar nosso interesse principal na superfície contínua que podemos ver ao nosso redor. Não podemos, é claro, estudar tudo, mas podemos tentar ver todos estes elementos estudados em contexto, como sendo partes de um conjunto que está em criação e alteração contínua que forma os processos inconscientes da vida diária como forma de projetar a paisagem. Na medida em que nos concentramos em determinadas paisagens, estamos lidando principalmente com a cultura vernacular. Neste sentido, o estudo da paisagem é um acompanhamento dessa forma de história social que procura compreender a rotina das vidas das pessoas comuns. E, de fato, a relação com a história social é ainda

mais próxima apesar de começar com o "presente palpável", com o que podemos ver, que a interpretação vai exigir mais do que pode ser visto em um simples olhar e uma preocupação para além dos objetos palpáveis em si mesmos. O significado do comum raramente é óbvio. (MEINING, 1979, p.6).

Aqui se pode notar uma contradição com os atuais argumentos utilizados nos estudos que relacionam paisagem e patrimônio: a vertente de estudos que consolida a expressão "paisagem cultural" a partir da década de 1970, ao considerar todas as paisagens como simbólicas e portadoras de expressões culturais, dedicando obras integralmente ao entendimento das paisagens comuns, afasta-se da mais recente aceção que transforma "paisagens culturais" em porções especiais da superfície terrestre.

Dentre os autores pioneiros no estudo das paisagens comuns destaca-se John Brinckerhoff Jackson, cuja trajetória acadêmica consistente consolida o estudo do tema a partir da década de 1970. Sua produção e a revista que fundou e dirigiu por muitos anos, *Landscape*, influenciou e segue influenciando gerações de estudiosos no assunto paisagem, a contar pela disseminação e utilização constante de suas referências. Ao direcionar seus estudos para as "paisagens vernaculares", Jackson discerne a importância da megaestrutura ambiental criada e organizada pelo homem definida por ele como "paisagem pública". As instalações e modificações no ambiente físico que as comunidades organizadas necessitam para funcionar, ou seja, a paisagem pública, apresenta quatro elementos essenciais que são as fronteiras, as estradas, os lugares públicos e os monumentos. Ao sustentar que esta paisagem é invariavelmente resultado de um processo histórico, Jackson expõe os objetivos para os quais são (ou podem ser) criados e mantidos, e o valor de seu pleno entendimento tanto para a interpretação quanto para o projeto de paisagens:

Em algumas sociedades seu propósito primeiro é ajudar a manter seu estado fisicamente intacto. Em outros, seu propósito é também o de assegurar certa qualidade de vida dos cidadãos – promover civilização. [...] a paisagem pública pode mudar e de fato muda, e é por isso que é de interesse para nós neste momento: devemos mudar a paisagem pública existente se queremos mais uma vez ter uma identidade política. (ZUBE, 1970, p.153-154).

Sem hierarquizar os elementos, Jackson elucida seus papéis em relação histórica e contemporânea. Aqui cabe notar que, mesmo decorridos muitos anos da publicação original deste texto, aborda temas com uma perspectiva admiravelmente atual. Além da possibilidade de leitura que a análise das características da paisagem pública de

Jackson instiga, a questão projetual é um ponto recorrente pelo qual o autor defende que o desenho inteligente destes elementos tem a capacidade de valorizar a existência pública.

Elas podem nos ajudar a identificar-nos como membros ativos da comunidade política e dar-nos forma permanente e criativa à nossa sociedade. A megaestrutura ambiental [...] fornece instalações para uma forma de vida civilizada; ela então promove a paisagem privada, o reino privado. Uma paisagem pública funcionando propriamente permite a paisagem privada de se especializar e de atingir individualidade. (ZUBE, 1970, p.159-160).

Mais além da questão estética, o autor defende que os aspectos permanentes da paisagem são aqueles que mais importam, tornando provável a assimilação da beleza inerente àquelas características simbólicas.

A relação entre as posições apresentadas até aqui admite uma vinculação entre os conceitos centrais que o artigo desenvolve, ou seja, paisagem e patrimônio. Tal vinculação está fundamentada em explorações metodológicas que dão ênfase às práticas sociais que por sua vez sugerem o questionamento de abordagens tradicionais. Mais ainda, incitam outras interpretações que abrem caminhos para novas posturas profissionais nas áreas de conhecimento em que se insere a pesquisa que origina este artigo, arquitetura e urbanismo e planejamento urbano e regional.

REFERÊNCIAS

BESSE, Jean-Marc. **La sombra de las cosas**. Ed. Federico López-Silvestre. Tradução de Marga Neira. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2010.

BESSE, Jean-Marc. **Las cinco puertas del paisaje. Un ensayo de una cartografía de las problemáticas paisajeras contemporáneas**. In: MADERUELO, Javier (Org.). Paisaje y pensamiento. Madrid: Abada Editores, 2006. [145-171].

JACKSON, John Brinkerhoff. **Descubriendo el paisaje autóctono**. Edição: Joan Nogué. Tradução: Maysi Veuthey. Título original: Discovering the Vernacular Landscape, 1984. Paisaje y Teoría. Editorial Biblioteca Nueva, S.L., Madrid, 2010.

LUGINBÜHL, Yves. **Las representaciones sociales del paisaje y sus evoluciones**. In: MADERUELO, Javier (dir.). Paisaje y Territorio. Fundación Beulas. CDAN; Abada Editores, S.L., Madrid, 2008. [143-180].

LUNGIBÜHL, Yves. **Indicadors socials del paisatge**. In: NOGUÉ, Joan et al. Indicadors de paisatge. Reptes i perspectives. Olot: Observatori del Paisatge de Catalunya, 2009. p. 48-76.

MATA OLMO, Rafael; TARROJA, Àlex (Coordinadores). **El Paisaje y la gestión del territorio. Criterios paisajísticos en la ordenación del territorio y el urbanismo**. Diputació Barcelona; Barcelona, 2006.

MADERUELO, Javier (Org.). **Paisaje y Patrimonio**. Madrid: Abada Editores, 2010.

MEINIG, Donald W. (Ed.). **The Interpretation of Ordinary Landscapes: Geographical Essays**. Oxford University Press: New York, 1979. NOGUÉ, Joan. La construcción social del paisaje. Madrid: Biblioteca Nueva, Colección Paisaje y Teoría, 2007.

NOGUÉ, Joan. **El paisaje en la cultura contemporánea**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2008.

POMAR, Luis Cancer. **Reflexiones sobre la valoración del paisaje**. In: MADERUELO, Javier (Org). Paisaje y Patrimonio. Madrid: Abada Editores, 2010. p.75-99.

ROGER, Alain. **Breve tratado del paisaje**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2007.

SIMMEL, Georg. **Philosophie der Landschaft**. Ensaio publicado em Die Gùldenammer. Norddeutsche Monatshefte, Bremen, (Agosto de 1913). A tradução segue o texto da edição crítica Georg Simmel Gesamtausgabe, Bd.12 (Aufsätze und Abhandlungen, 1909-1918. Bd. I, hrsg. Rüdiger Krämme und Angela Rammstedt), Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp. 471-483.

TARROJA, Àlex. **Transformaciones territoriales y valoración social del paisaje**. In: MATA OLMO, Rafael; TARROJA, Àlex (Coordinadores). El Paisaje y la gestión del territorio. Criterios paisajísticos en la ordenación del territorio y el urbanismo. Diputació Barcelona; Barcelona, 2006. P. 41-50.

ZUBE, Ervin H. (Org.). **Landscapes – Selected writings of J.B. Jackson**. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1970.